



XXI Encontro Nacional das Comunidades | 2021

Comunicado Final

Realizou-se no dia 28 de Outubro de 2021, no Anfiteatro do Instituto Médio Politécnico da Humpata, província da Huíla, o XXI Encontro Nacional das Comunidades (XXI ENC), sob o lema: *Comunidades Resilientes pela Cidadania e Inclusão Social em Angola*. Nele participaram representantes de comunidades das províncias de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Malanje e Namibe, representantes dos Ministérios da Agricultura e Pesca, Cultura, Turismo e Ambiente, Acção Social, Família e Promoção da Mulher, e Obras Públicas e Ordenamento do Território, assim como Deputados da Assembleia Nacional pelos Círculos Provinciais da Huíla e do Namibe. Participaram, também, representantes dos Governos Provinciais de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla e Malanje, representantes das Administrações Municipais da Baía Farta, Bibala, Cahama, Caluquembe, Chibia, Gambos, Humpata, Kiwaba Nzoji e Ombandja, quadros de diversas Organizações da Sociedade Civil, autoridades tradicionais do município da Humpata e membros da ADRA, num total de 198 participantes, dos quais 78 mulheres, o que representa 39%.

A sessão de abertura foi presidida pela Sra. Fátima Cabral, Directora Nacional da Acção Social, em representação da Sua Excelência Senhora Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O XXI ENC teve o apoio financeiro da Pão Para o Mundo, União Europeia, Afrikagrupperna, Ajuda das Igrejas Norueguesas, ForumCiv e Solidariedade Prática da Suécia.

Durante o Encontro foram abordados os seguintes assuntos:

- Informe sobre os Encontros Municipais e Provinciais das Comunidades;
- Balanço das Recomendações do XX Encontro Nacional de Comunidades de 2019;
- Apresentação e Análise de boas práticas de desenvolvimento rural em Angola;
- Um Olhar sobre a Implementação de Programas Públicos de Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável.

Sobre o Informe dos Encontros Municipais e Provinciais das Comunidades.

Os participantes tomaram conhecimento da realização de 19 Encontros Municipais e quatro Encontros Provinciais das Comunidades, nas áreas abrangidas pela intervenção social da ADRA, tendo envolvido 1.842 participantes, dos quais 696 mulheres, o que representa cerca de 38%.

Por outro lado, durante a apresentação do Informe os participantes tomaram o seguinte conhecimento:

- Mais de 65% do orçamento destinado ao Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) esteve voltado para os ex-militares;
- Apesar do trabalho desenvolvido pelo Executivo, a situação da seca continua a afectar grandemente as famílias, sobretudo na região Sul do país (Benguela, Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Namibe);
- As iniciativas locais que estão a ser levadas a cabo pelas comunidades, como a construção de cisternas calçadão, valas de irrigação e a prática de culturas resistentes à seca têm permitido minimizar o impacto da seca em algumas partes do território nacional;
- As comunidades continuam a enfrentar dificuldades no processo de delimitação de terras e no acesso ao crédito, devido à exigência de diversos documentos que muitos camponeses e agricultores familiares não dispõem, como o título de terra para fins agrícola;
- O orçamento participativo constitui uma importante oportunidade para as comunidades apresentarem as suas opiniões sobre as prioridades locais para o desenho dos orçamentos das administrações municipais.

Em função do informe acima apresentado, os participantes apelam ao Executivo para a atribuição de uma efectiva autonomia às Administrações Municipais, no âmbito da implementação do PIDLCP, de modo que possam determinar acções de intervenção prioritária ao nível local. Outrossim, os participantes apelam aos órgãos locais do Estado para a inclusão de representantes das associações e cooperativas agropecuárias nos Conselhos de Auscultação às Comunidade e nos Conselhos de Concertação, a nível municipal.

Quanto ao Balanço das Recomendações do XX Encontro Nacional das Comunidades de 2019

Os participantes constataram que as recomendações saídas do XX Encontro Nacional das Comunidades, realizado no município do Cacusó, província de Malanje, foram cumpridas, como, por exemplo, o reforço do diálogo entre as Administrações Municipais e os municípios, a implementação das caixas comunitárias, a pontualidade na transferência de recursos da estrutura central às Administrações Municipais. No entanto, as recomendações relacionadas com a construção de cisternas calçadão pelas Administrações Municipais, bem como o apoio aos alfabetizadores e a melhoria no acesso

à saúde não registaram avanços, devido à limitação de recursos financeiros por parte dos órgãos locais do Estado.

Recomendações:

- Que o Executivo aumente a verba mensal do PIDLCP devido à alta inflação que se tem vindo a constatar na sociedade;
- Que as organizações da sociedade civil reforcem as acções de alfabetização nas zonas rurais;
- Que as Direcções Municipais da Educação desenvolvam acções com vista a melhorar as qualificações dos professores que actuam em áreas mais afastadas e que se garanta a sua rotatividade;
- Que a ADRA, o IDA e as Direcções Municipais da Agricultura continuem a incentivar as comunidades na criação de bancos de sementes;
- Que as diferentes estruturas centrais, provinciais e municipais da Saúde melhorem a distribuição de medicamentos e coloquem técnicos de saúde nas áreas mais distantes.

Em relação à apresentação e análise de boas práticas de desenvolvimento rural em Angola

Foram partilhadas quatro boas práticas: i) aproveitamento das águas das chuvas através de cisternas calçadão; ii) reabilitação e construção de pequenos sistemas de regadio; iii) produção de milho e feijão fora da época de sequeiro; iv) legalização de cooperativas agrícolas.

A implementação das experiências de construção de cisternas calçadão para o aproveitamento das águas da chuva, em curso no município dos Gambos, e da reabilitação e construção de sistemas de regadio no município do Ganda, está a permitir mitigar os efeitos da seca.

A produção de milho e feijão fora da época de sequeiro nos municípios do Bailundo e Longonjo, mostrou que é possível aumentar a renda das famílias mediante aposta na produção destas culturas.

Na mesma linha de pensamento, as experiências de legalização de cooperativas no município de Malanje proporcionaram o acesso ao crédito bancário, aos meios de produção e a legalização de terras para fins agrícola.

Recomendações:

- Que as Administrações Municipais reforcem o apoio aos agricultores familiares na construção e reabilitação de pequenas infraestruturas de rega e no acesso aos outros equipamentos, como motobombas e mangueiras;
- Que as Administrações Municipais identifiquem meios para apoiar o abastecimento das cisternas calçadão;
- Que as associações e cooperativas agropecuárias tirem maior proveito dos recursos locais para a construção e reabilitação das valas de irrigação;

- Que a ADRA, em parceria com as associações e cooperativas agropecuárias, continue a divulgar as experiências de mitigação dos efeitos da seca.

Relativamente à Implementação dos Programas Públicos de Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável,

Os participantes tomaram conhecimento do ponto de situação da implementação de Projectos de Mitigação dos Efeitos da Seca em Angola, nomeadamente, os projectos “Caimbambo e Cuvelai”, em curso nas províncias de Benguela e Cunene. Os participantes saudaram a iniciativa do Executivo com a noção de que a dificuldade de acesso à água para o consumo doméstico e para a actividade agropecuária não é imediato, pois a conclusão das obras está prevista para dentro de 24 meses.

Por outro lado, os participantes tomaram conhecimento sobre o ponto de situação do Projecto de Alteração da Lei de Terras (Lei nº 9/04 de 09 de Novembro) e do relançamento do Programa Minha Terra. Os participantes saudaram o facto de o Governo pretender relançar, por um lado, o processo de auscultação sobre o Projecto de Alteração da Lei de Terras e, por outro, o relançamento do Programa Minha Terra.

Recomendações:

- Que as Administrações Municipais e as organizações da sociedade civil reforcem as acções de sensibilização e protecção do meio ambiente, com destaque para o repovoamento florestal;
- Que o Executivo agregue aos projectos estruturantes de mitigação da seca às experiências locais de baixo custo em curso nas comunidades;
- Que as Administrações Municipais e as organizações da sociedade civil intensifiquem acções de divulgação da proposta de revisão da lei de terra;
- Que a ADRA e o IDA continuem a facilitar o processo de legalização de terras comunitárias e influenciem o Executivo para a redução dos valores solicitados para o efeito;
- Que as Administrações Municipais e as Direcções Municipais da Agricultura redobrem o apoio prestado no processo de legalização de terras e desenvolvam acções de sensibilização e educação das comunidades sobre o mesmo;

No final foi eleita a província de Benguela para acolher o XXII Encontro Nacional das Comunidades.

Os participantes agradecem o apoio prestado pela Administração Municipal da Humpata, Governo Provincial da Huíla e todas as instituições que contribuíram para a realização do XXI ENC.

Humpata, 28 de Outubro de 2021